

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010 - Condensado

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Grendene S.A. apresenta-lhes, a seguir, em conformidade com as disposições estatutárias, à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, findas de 31 de dezembro de 2010, de forma condensada.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, e, as Demonstrações Financeiras Grendene S.A. "completas" estão publicadas na íntegra nos jornais: O Povo (CE) e no Diário Oficial do Estado do Ceará, edições de 25 de fevereiro de 2011 e estão disponíveis no nosso site <http://ri.grendene.com.br>, no site da CVM <http://www.cvm.gov.br> e da BM&FBOVESPA <http://www.bmfbovespa.com.br>.

1. Receita bruta de vendas

Em 2010 a Grendene obteve bom desempenho da receita bruta de vendas, confirmando a recuperação do preço médio no 4T10 em 17,8% vs. 4T09, totalizando um crescimento de 7,4% do preço médio em 2010 vs. 2009.

RS milhões	2006*	2007*	2008	2009	2010	Var. 09/10	CAGR 06/10
Receita bruta de vendas	1.374,4	1.515,5	1.576,0	1.819,4	1.998,6	9,9%	9,8%
Mercado interno	1.169,8	1.266,2	1.220,5	1.464,4	1.603,8	9,5%	8,2%
Exportação	204,6	249,3	355,5	355,0	394,8	11,2%	17,9%
Exportação em US\$	94,0	128,0	193,8	177,7	224,3	26,2%	24,3%
Milhões de pares	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/10	CAGR 06/10
Volumes	131,9	145,6	146,4	165,7	169,5	2,3%	6,5%
Mercado interno	100,4	105,5	98,6	117,4	114,9	(2,2%)	3,4%
Exportação	31,5	40,1	47,8	48,3	54,6	13,1%	14,8%
RS	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/10	CAGR 06/10
Preço médio	10,42	10,41	10,76	10,98	11,79	7,4%	3,1%
Mercado interno	11,65	12,00	12,38	12,47	13,97	12,0%	4,6%
Exportação	6,50	6,22	7,43	7,35	7,23	(1,7%)	2,7%
Exportação em US\$	2,98	3,20	4,05	3,68	4,11	11,5%	8,3%

* 2006-2007 - Dados pro forma não auditados.

Conforme dados da SECEX/ABICALÇADOS, as exportações brasileiras de calçados em 2010 vs. 2009, aumentaram 9,3% em dólar; 12,9% em volume de pares vendidos com queda de 3,2% no preço médio em dólar.

A participação da Grendene nas exportações brasileiras de calçados, quando comparado 2009 vs. 2010, ficou estável em 38% nos volumes de pares e passou de 13,1% para 15,1% na receita de exportação em dólar, mantendo sua liderança nas exportações brasileiras de calçados.

2. Receita líquida de vendas

Em 2010, a receita líquida de vendas cresceu 10,2%, quando comparada a igual período de 2009.

RS milhões	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/10	CAGR 06/10
Receita bruta de vendas	1.374,4	1.515,5	1.576,0	1.819,4	1.998,6	9,9%	9,8%
Mercado interno	1.169,8	1.266,2	1.220,5	1.464,4	1.603,8	9,5%	8,2%
Exportação	204,6	249,3	355,5	355,0	394,8	11,2%	17,9%
Deduções das vendas	(267,8)	(316,8)	(326,2)	(363,6)	(394,1)	8,4%	10,1%
Dev. vendas e impostos s/vendas	(217,4)	(242,4)	(251,4)	(274,1)	(297,1)	8,4%	8,1%
Descontos concedidos a clientes	(50,4)	(74,4)	(74,8)	(89,5)	(97,0)	8,5%	17,8%
Receita líquida de vendas	1.106,6	1.198,6	1.249,9	1.455,8	1.604,5	10,2%	9,7%

3. Ebit e Ebitda

3.1. Ebit

EBIT – earnings before interests and taxes – lucro operacional antes dos efeitos financeiros. A Companhia entende que por possuir uma grande posição de caixa que gera receitas financeiras expressivas o lucro operacional de sua atividade é melhor caracterizado pelo EBIT.

O último resultado acumulado do 2S10 (R\$178,7 milhões), crescimento de 100% vs. 2S09 (R\$89,3 milhões) reverteu a tendência de queda no ano apresentada no 1S10 (R\$33,6 milhões), queda de 45% vs. 1S09 (R\$61,5 milhões) para um crescimento acumulado de 40,8% atingindo R\$212,4 milhões em 2010 frente a 2009 (R\$150,8 milhões), conforme anunciamos que aconteceria e está demonstrado na tabela a seguir:

RS milhões	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/10	CAGR 06/10
Receita bruta de vendas	1.374,4	1.515,5	1.576,0	1.819,4	1.998,6	9,9%	9,8%
Mercado interno	1.169,8	1.266,2	1.220,5	1.464,4	1.603,8	9,5%	8,2%
Exportação	204,6	249,3	355,5	355,0	394,8	11,2%	17,9%
Deduções das vendas	(267,8)	(316,8)	(326,2)	(363,6)	(394,1)	8,4%	10,1%
Dev. vendas e impostos s/venda	(217,4)	(242,4)	(251,4)	(274,1)	(297,1)	8,4%	8,1%
Descontos concedidos a clientes	(50,4)	(74,4)	(74,8)	(89,5)	(97,0)	8,5%	17,8%
Receita líquida	1.106,6	1.198,6	1.249,9	1.455,8	1.604,5	10,2%	9,7%
Custo dos produtos vendidos	(607,7)	(692,7)	(731,2)	(889,7)	(953,3)	7,1%	11,9%
Lucro bruto	498,9	505,9	518,7	566,0	651,2	15,1%	6,9%
Despesas operacionais							
Com vendas	(277,9)	(288,6)	(306,4)	(356,3)	(377,0)	5,8%	7,9%
Gerais e administrativas	(45,1)	(42,9)	(49,7)	(57,9)	(58,9)	1,9%	6,9%
Honorários da administração	(0,9)	(1,1)	(1,1)	(1,1)	(2,9)	161,8%	35,8%
EBIT	175,0	173,3	161,4	150,8	212,4	40,8%	5,0%
Depreciação e amortização	29,5	27,3	25,6	26,3	28,1	7,1%	(1,1%)
EBITDA	204,5	200,6	187,1	177,1	240,5	35,8%	4,1%
Margem %	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/10	Var. 06/10
EBIT	15,8%	14,5%	12,9%	10,4%	13,2%	2,8 p.p.	(2,6 p.p.)
EBITDA	18,5%	16,7%	15,0%	12,2%	15,0%	2,8 p.p.	(3,5 p.p.)

3.2. Ebitda

O negócio da Grendene é de baixa intensidade de capital sendo a depreciação inferior a 2% da Receita Líquida (1,76% em 2010 e 1,8% da Receita Líquida em 2009). Desta forma entendemos que a análise do Ebit faz mais sentido para a gestão da Companhia. Ebitda – Lucro antes das Despesas Financeiras Líquidas, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação, Amortização, Resultado das Baixas de Ativos Fixos e Despesas Extraordinárias. O Ebitda não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O Ebitda não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de Ebitda pode não ser comparável ao Ebitda ajustado de outras companhias. A Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o Ebitda como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

4. Lucro líquido do exercício

Em 2010, o lucro líquido foi de R\$312,4 milhões, crescimento de 14,8% vs. 2009 (R\$272,2 milhões). O segundo semestre de 2010 foi responsável por 72,8% do lucro líquido de 2010.

RS milhões	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 09/10	CAGR 06/10
Lucro líquido do exercício	257,3	260,5	239,4	272,2	312,4	14,8%	5,0%
Margem líquida, %	23,3%	21,7%	19,2%	18,7%	19,5%	0,8 p.p.	(3,8 p.p.)

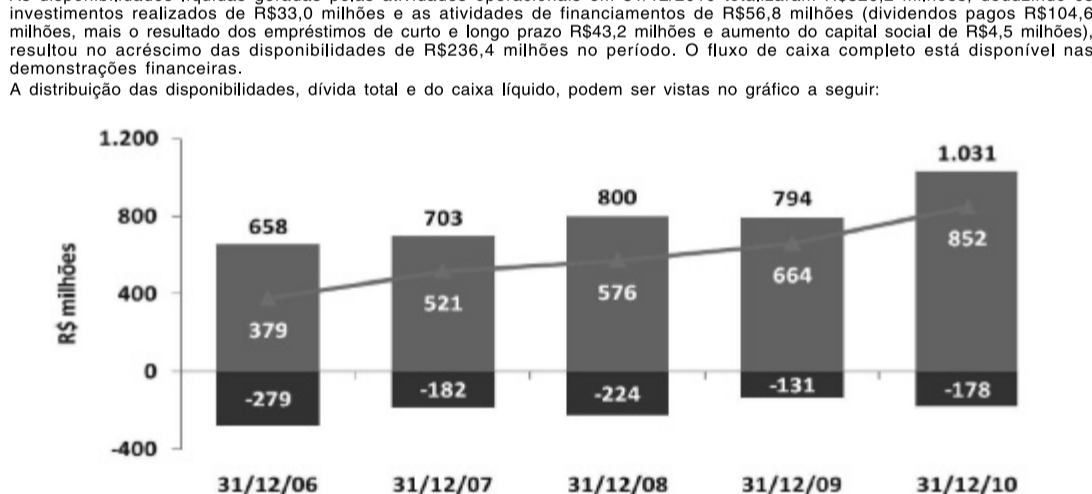
* Para fins de comparabilidade o lucro líquido do exercício por ação dos anos de 2006 a 2009 foi calculado pela mesma quantidade de ações existentes em 31/12/2010 (300.720.000 ações ordinárias).

5. Geração de caixa e disponibilidades líquidas

A empresa continua com sólida situação financeira. O caixa líquido em 31/12/2010 totalizou R\$852,5 milhões, 28,4% acima dos R\$663,8 milhões de 31/12/2009, mesmo após o pagamento de R\$104,6 milhões de dividendos em 2010 (R\$34,0 milhões referente ao saldo do exercício de 2009 e R\$70,6 milhões referente às antecipações trimestrais do exercício de 2010).

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais em 31/12/2010 totalizaram R\$326,2 milhões, deduzindo os investimentos realizados de R\$33,0 milhões e as atividades de financiamentos de R\$56,8 milhões (dividendos pagos R\$104,6 milhões, mais o resultado dos empréstimos de curto e longo prazo R\$43,2 milhões e aumento do capital social de R\$4,5 milhões), resultou no acréscimo das disponibilidades de R\$236,4 milhões no período. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras.

A distribuição das disponibilidades, dívida total e do caixa líquido, podem ser vistas no gráfico a seguir:



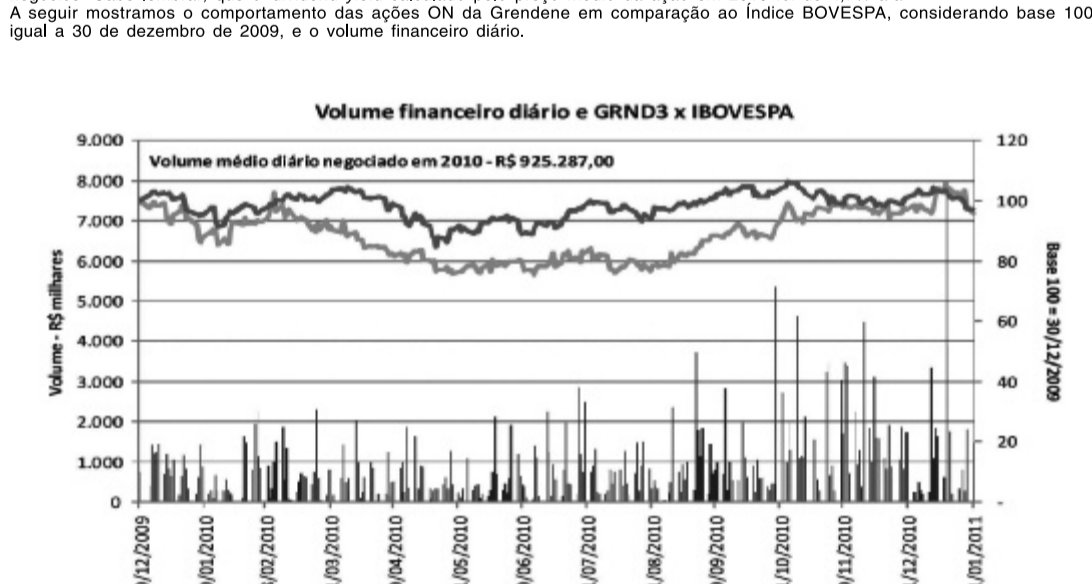
A Grendene tem demonstrado capacidade de pagar bons dividendos e incrementar seu caixa líquido ao longo do tempo. Este caixa proporciona uma receita financeira importante e estável que remunera seus acionistas com baixo risco.

6. Mercado de capitais

6.1. Mercado de capitais

De janeiro a dezembro de 2010 foram negociadas 26,5 milhões de ações ordinárias, 24,3 mil negócios o que representou um volume financeiro de R\$228,5 milhões. As médias diárias foram: quantidade 107,1 mil ações ordinárias, volume financeiro R\$925,3 mil e 98 negócios. Cabe lembrar, que o *dividend yield* calculado pelo preço médio da ação em 2010 foi de 4,7% a.a.

A seguir mostramos o comportamento das ações ON da Grendene em comparação ao Índice BOVESPA, considerando base 100 igual a 30 de dezembro de 2009, e o volume financeiro diário.



Em 31/12/10, a participação no capital social da Grendene S.A dos investidores institucionais brasileiros era de 11,8%, dos investidores estrangeiros 11,1% e os outros 77,1% do capital social estavam em poder dos acionistas controladores e administradores (74,8%) e de pequenos investidores, incluindo pessoas físicas (2,3%).

6.2. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição das reservas, com a Companhia na lei. Com base no saldo apurado em 31/12/2010, deduzindo as antecipações trimestrais no valor de R\$ 70.615.200,00, a Companhia pagará o dividendo "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2010, no valor de **R\$ 51.122.400,00** a partir de **26 de abril de 2011**. Farão jus ao recebimento, os acionistas titulares de ações ordinárias (GRND3) inscritos nos registros da Companhia em **11 de abril de 2011 (data do corte)**. Desta forma, as ações da Grendene (GRND3) passarão a ser negociadas, **ex-dividendos a partir de 12 de abril de 2011** na BM&F Bovespa.

Base para distribuição de dividendos do exercício de 2010		RS
Grendene S.A.		
Lucro líquido do exercício (2010)		312.889.879,09
Plano de opções de ações		280.852,00
Efeito recálculo depreciação vida útil imobilizado		10.620.996,97
Incentivos fiscais – controladora (Grendene S.A.)		(174.371.101,68)
Incentivos fiscais – controlada (MHL calçados Ltda)		(2.222.660,12)
Adpropiação reserva legal		(6.925.938,87)
Reversão reserva de lucros a realizar nos estoques		1.018.000,00
Constituição reserva de lucros a realizar nos estoques		(1.509.000,00)
Base de cálculo dos dividendos		139.781.027,39
Distribuição de dividendos – ver quadro abaixo ¹		(121.737.600,00)
Reserva de lucros a realizar ²		(18.043.427,39)
Total de dividendos do exercício de 2010		121.737.600,00
Quantidade de ações ordinárias		300.720.000
Dividendo por ação do exercício de 2010		0,4048204

Dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2010			
Data de aprovação	Data de pagamento	Valor RS	Valor por ação RS
RCA de 13/05/2010 – 1ª antecipação ¹	02/06/2010	22.500.000,00	0,075
RCA de 12/08/2010 – 2ª antecipação ¹	02/09/2010	12.028.800,00	0,040
RCA de 11/11/2010 – 3ª antecipação ¹	08/12/2010	36.086.400,00	0,120
RCA de 24/02/2011 – saldo de 2010	26/04/2011	51.122.400,00	0,170
Total		121.737.600,00	

¹ Dividendos serão aprovados "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2010.

² Valor retido para realização do plano de opções de compra ou subscrição de ações ("Stock options").

Nova Política de Dividendos

A Companhia adotou como Política de Dividendo desde a abertura de capital, em 2004, a distribuição de 100% do lucro contábil, lembrando que os incentivos fiscais que a Companhia tem direito não integravam este lucro líquido até 2007 sendo registrados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia até o advento da Lei 11.638/2007. A partir de então, segundo lhe facultava a medida provisória 449/08, posteriormente Lei 11.941/09, a empresa passou a excluir estes valores, referentes aos incentivos fiscais, da base de dividendos assim como proceder sua exclusão no Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur – sempre de acordo com estes dispositivos legais.

Após minuciosa análise sobre as questões legais decorrentes desta legislação e da oportunidade, a Companhia decidiu a partir de 2011, sem prejuízo da manutenção do integral cumprimento de todos os compromissos relativos à concessão dos incentivos fiscais e após analisar suas necessidades de tributação no ano que inicia elevar a distribuição de dividendos do resultado do exercício de 2011, ainda que tenha que oferecer à tributação uma parcela dos recursos destinados a este pagamento, conforme prevê a Lei. Em 2011 o percentual pretendido de distribuição total de dividendos (payout) será aproximadamente de 75% do Lucro Líquido do exercício após a constituição de reservas legais. Este percentual de dividendos será analisado anualmente pela administração conforme a necessidade de recursos para investimentos, oportunidades de negócios ou para fazer frente a outros compromissos da Companhia, podendo ser alterado se a Administração da empresa entender conveniente. Se houver alteração deste percentual de distribuição a Companhia comunicará ao mercado via Fato Relevante. A Companhia manterá a política de distribuição trimestral dos dividendos.



(*) Dividend yield: Lucro por ação dividido pelo valor médio da ação no ano

Para fins de comparabilidade o dividendo por ação dos anos de 2006 a 2009 foi calculado pela mesma quantidade de ações existentes em 31/12/2010 (300.720.000 ações ordinárias).

7. Melhores Práticas de Governança Corporativa

Buscando manter seus analistas e investidores informados sobre o desempenho dos seus negócios, a empresa possui canais de comunicação permanentes, realiza visitas, participa de investidores e faz apresentações em eventos diversos locais no mundo. Mantém ainda um site específico para as relações com investidores. A empresa realiza teleconferências trimestrais de apresentação de resultados em português com tradução simultânea para o idioma inglês, publica um *press release* de análise destes resultados. Também trimestralmente faz *non deal roadshow* no Brasil e trimestralmente no exterior e atualmente pelo menos duas reuniões com a AFMEC (SP e RS) por ano.

Desde 14 de abril de 2008, como forma de alinhar os interesses dos Administradores com os Acionistas, a Grendene conta com um Plano de Opções de Compra de Ações (Stock Options) que abrange membros da Diretoria e os principais executivos da Companhia (excluídos os executivos que são acionistas e pertencem ao bloco de controle). Desde o início do Plano, já foram outorgadas 3.639,9 mil opções de compra (ajustadas pelo desdobramento ocorrido em 23 de setembro de 2009), equivalentes a 1,21% do total de ações da Companhia (Data base: 31/12/2010).

As ações da Grendene são listadas no Novo Mercado da BM&F Bovespa desde 29/10/04. Em novembro de 2007 a empresa ajustou o seu free-float para 25% de acordo com as regras estabelecidas pelo regulamento de listagem do Novo Mercado. Como forma de melhorar a liquidez, contratou formador de mercado para as ações GRND3 desde setembro de 2005 e, em setembro de 2009 efetuou o desdobramento da quantidade de ações emitidas pela Grendene de 100.000.000 para 300.000.000, visando maior liquidez para as ações da Companhia e facilitar ao pequeno investidor a comprar ações da Grendene e consequentemente ampliar a base de acionistas. Em 22 de março de 2010 aprovou o aumento de capital social por meio da emissão de 720.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, para atender o Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, passando o capital social ser composto por 300.720.000 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2010, as ações em circulação representavam 25,12% do total de ações emitidas.

7.1 Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

7.2 Declaração da Diretoria

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas condensadas 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral – CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, na Bahia e em Farpouilha, no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, tem uma planta industrial na cidade de Carlos Barbosa, no Estado do Rio Grande do Sul, que desenvolve internamente as matrizes para a produção de calçados. As instalações, em todas estas plantas industriais, são dotadas de equipamentos de última geração.

A Grendene desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Grendene S/A foram aprovadas em reunião de diretoria executiva realizada em 21 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas em observância das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas das Normas de Valores Mobiliários (CVM). Antecipando-se as exigências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, (Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006) a Grendene optou pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade já em suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo a data de transição 1º de janeiro de 2008.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2010.

A Companhia não adquiriu nenhuma empresa ou negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Não há em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

a) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

· **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração já emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

· **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

· **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2009 e/ou 2010. A adoção não teve impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (emenda) - Ativo Imobilizado.
- IAS 19 (emenda) - Benefícios a Empregados.
- IAS 23 (emenda) - Custos de Empréstimos.
- IAS 27 (revisada) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas
- IAS 32 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Apresentação.
- IAS 38 (emenda) - Ativos Intangíveis.
- IAS 39 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
- IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações: Transações do Grupo envolvendo Pagamentos com base em Ações e Liquidação em Dinheiro
- IFRS 3 – Combinações de Negócios (revisada).
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas.
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação.
- IFRIC 13 – Programa de Fidelização de Clientes.
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários e Acionistas.
- IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes.
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

3. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

a.1) *Receita de venda*
A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) *Receita financeira*
As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) *Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira*
b.1) *Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras*
A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios.

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda US Dólar e Peso Argentina são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

b.2) *Transações denominadas em moeda estrangeira*
Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) *Instrumentos financeiros*
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente
Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

c.1) *Ativos financeiros*
São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado*: um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) *Investimentos mantidos até o vencimento*: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) *Empréstimos (concedidos) e recebíveis*: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

d) *Disponíveis para venda*: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1.a., c.1.b. e c.1.c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contra partida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

c.2) *Passivos financeiros*
São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) *Passivos financeiros não mensurados ao valor justo*: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c.3) *Valor de mercado*
O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos derivativos e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 19. b.

c.4) *Impairment de instrumentos financeiros*
Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo através do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) *Caixa e equivalentes de caixa*
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data de contratação com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 5).

e) *Aplicações financeiras*
A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

f) *Contas a receber de clientes*
Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7.

g) *Provisão para descontos por pontualidade*
É constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contra partida registrada à rubrica de deduções de vendas.

h) *Estoque*
Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, redução dos custos incorridos para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

i) *Imobilizado*
Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a Deliberação CVM 527 que aprovou o CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor contábil do ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

j) *Intangível*
Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas

mencionadas na Nota 12.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não identificou nenhum item que requiera provisão para ajuste de realização.

k) *Outros ativos e passivos*
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída com resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) *Tributação*
l.1) *Impostos sobre a venda*
As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (Receita líquida de vendas).

l.2) *Imposto de renda e contribuição social correntes*
Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

l.3) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*
As incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo e passivo sobre diferenças temporárias é constituída a medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Os impostos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

m) *Subvenções governamentais para investimentos*
Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 14).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido.

n) *Pagamento baseado em ações*
Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Esta diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização conforme demonstrados na Nota 21.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do grupo do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido no cálculo do resultado por ação diluído (Nota 16.g – vide publicação completa).

o) *Informações por segmento*
A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo, como divulgado na Nota 25.

p) *Ajustes a valor presente de ativos e passivos*
Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) *Julgamentos, estimativas e premissas contábeis*
Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Outros itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

r) *Empréstimos e financiamentos*
Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

s) *Ações em tesouraria*
Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

t) *Provisões*
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009
Disponibilidades	7.248	15.752
Aplicações financeiras	40.048	15.013
	<u>47.296</u>	<u>30.765</u>

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes a caixa estão representadas por investimentos em fundo de quotas de curto prazo, com prazo de resgate que não excede 90 dias.

5. Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) classificadas nas seguintes categorias, conforme demonstrado abaixo:

	2010	2009
Mantidas até o vencimento	404.680	318.529
Recebíveis	7.005	7.317
Disponível para venda	571.745	437.748
	<u>983.430</u>	<u>763.594</u>

As aplicações são mantidas em instrumentos financeiros, cujos rendimentos são atrelados a uma cesta de indicadores compostos por CDI, ou taxas pré-fixadas, ou corrigidas pela inflação.

6. Contas a receber de clientes

	2010	2009
Títulos a vencer	536.153	569.669
Títulos vencidos até 30 dias	22.484	19.935
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	4.480	4.685
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.039	1.174
Títulos vencidos a mais de 91 dias	6.608	8.202
	<u>570.764</u>	<u>603.665</u>
Adiantamentos de contratos de câmbio	(3.033)	(10.209)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.483)	(5.346)
Provisão para descontos por pontualidade	(23.981)	(27.407)
Ajustes a valor presente – AVP	(6.843)	(4.814)
	<u>534.424</u>	<u>555.889</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os prazos médio de recebimento para o mercado interno são de 88 e 95 dias respectivamente, e para o mercado externo 80 e 74 dias, respectivamente.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Títulos a vencer	536.153	569.669
Títulos vencidos até 30 dias	22.484	19.935
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	4.480	4.685
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.039	1.174
Títulos vencidos a mais de 91 dias	6.608	8.202

7. Estoques

	2010	2009
Calçados	33.917	28.398
Componentes	33.979	41.514
Matérias primas	48.484	44.259
Materiais de embalagem	13.700	13.170
Materiais intermediários e diversos	17.482	18.585
Mercadoria para revenda	321	518
Adiantamentos a fornecedores	2.942	2.844
Importação em andamento	738	1.168
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	(2.527)	(1.885)
	<u>149.036</u>	<u>148.571</u>

A movimentação da provisão para ajuste dos estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	(1.885)	(2.028)
Adições	(1.242)	(1.349)
Recuperações/ realizações	594	1.453
Varição cambial	6	39
Saldo no final do exercício	<u>(2.527)</u>	<u>(1.885)</u>

8. Impostos a recuperar

	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social	5.533	5.787
Imposto de renda retido na fonte	2.486	3.804
IPI a recuperar	3.101	2.915
ICMS a recuperar	7.488	7.367
PIS a recuperar	27	53
COFINS a recuperar	888	953
INSS a recuperar	40	395
	<u>19.563</u>	<u>21.274</u>
(-) Total ativo circulante	<u>(18.863)</u>	<u>(20.421)</u>
Total do ativo não circulante	<u>700</u>	<u>853</u>

a) Imposto de renda e contribuição social

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

b) Imposto de renda retido na fonte

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

c) ICMS e IPI a recuperar

Os saldos são gerados nas operações comerciais podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

d) PIS e COFINS a recuperar

Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS, a ser compensado com impostos e contribuições federais.

9. Investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Outros investimentos	877	873
	<u>877</u>	<u>873</u>

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	873	865
Adições	4	8
Saldo no final do exercício	<u>877</u>	<u>873</u>

10. Imobilizado

	2010							
	Terrenos e prédios	Máquinas e equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado	148.719	205.910	8.705	17.354	2.653	2.979	3.605	389.925
Saldo em 31/12/2009	148.719	205.910	8.705	17.354	2.653	2.979	3.605	389.925
Aquisições	354	14.979	982	1.900	162	8.391	2.442	28.610
Baixas	(315)	(2.520)	(88)	(757)	(4)	(881)	(134)	(4.699)
Transferências	2.764	6.254	123	(26)	(5)	(7.440)	(1.670)	-
Varição cambial	-	(1)	(22)	(18)	-	-	(1)	(42)
Saldo em 31/12/2010	<u>151.522</u>	<u>224.622</u>	<u>9.700</u>	<u>17.853</u>	<u>2.806</u>	<u>3.049</u>	<u>4.242</u>	<u>413.794</u>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2009	(62.982)	(126.318)	(4.663)	(12.327)	(1.679)	-	(2.318)	(210.287)
Depreciação	(5.340)	(16.344)	(785)	(1.546)	(302)	-	(591)	(24.908)
Baixas	111	2.222	84	740	-	-	40	3.197
Transferências	-	(504)	13	496	2	-	(7)	-
Varição cambial	-	-	16	16	-	-	-	32
Saldo em 31/12/2010	<u>(68.211)</u>	<u>(140.944)</u>	<u>(5.335)</u>	<u>(12.621)</u>	<u>(1.979)</u>	<u>-</u>	<u>(2.876)</u>	<u>(231.966)</u>
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2009	85.737	79.592	4.042	5.027	974	2.979	1.287	179.638
Saldo em 31/12/2010	<u>83.311</u>	<u>83.678</u>	<u>4.365</u>	<u>5.232</u>	<u>827</u>	<u>3.049</u>	<u>1.366</u>	<u>181.828</u>

	2009							
	Terrenos e prédios	Máquinas e equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado	148.719	205.910	8.705	17.354	2.653	2.979	3.605	389.925
Saldo em 31/12/2008	146.218	185.667	7.730	14.951	1.984	2.237	3.458	362.245
Aquisições	1.679	15.853	1.140	2.849	661	7.323	922	30.427
Baixas	-	(731)	(7)	(574)	-	(1.069)	(56)	(2.437)
Transferências	822	5.126	5	259	8	(5.512)	(708)	-
Varição cambial	-	(5)	(163)	(131)	-	-	(11)	(310)
Saldo em 31/12/2009	<u>148.719</u>	<u>205.910</u>	<u>8.705</u>	<u>17.354</u>	<u>2.653</u>	<u>2.979</u>	<u>3.605</u>	<u>389.925</u>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2008	(57.746)	(111.313)	(4.101)	(11.590)	(1.446)	-	(1.908)	(188.104)
Depreciação	(5.236)	(15.577)	(673)	(1.391)	(229)	-	(453)	(23.559)
Baixas	-	567	1	534	-	-	41	1.143
Transferências	-	4	-	-	(4)	-	-	-
Varição cambial	-	1	110	120	-	-	2	233
Saldo em 31/12/2009	<u>(62.982)</u>	<u>(126.318)</u>	<u>(4.663)</u>	<u>(12.327)</u>	<u>(1.679)</u>	<u>-</u>	<u>(2.318)</u>	<u>(210.287)</u>
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2008	88.472	74.354	3.629	3.361	538	2.237	1.550	174.141
Saldo em 31/12/2009	<u>85.737</u>	<u>79.592</u>	<u>4.042</u>	<u>5.027</u>	<u>974</u>	<u>2.979</u>	<u>1.287</u>	<u>179.638</u>

Taxas de depreciação

A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Ferramentas	20%
Veículos	20%
Outros bens imobilizados	10%

A Companhia adotou a isenção opcional de aplicação retrospectiva completa para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (iii) a Administração revisa frequentemente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

11. Intangível

	2010					
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2009	16.166	10.128	800	780	100	27.974
Aquisições	1.944	965	1.497	-	-	4.406
Baixa	(55)	-	-	-	(100)	(155)
Varição cambial	(11)	(38)	-	-	-	(49)
Saldo em 31/12/2010	<u>18.044</u>	<u>11.055</u>	<u>2.297</u>	<u>780</u>	<u>-</u>	<u>32.176</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2009	(8.936)	(5.235)	(800)	(594)	-	(15.565)
Amortização	(2.204)	(820)	(88)	(153)	-	(3.265)
Baixa	29	-	-	-	-	29
Varição cambial	10	-	-	-	-	10
Saldo em 31/12/2010	<u>(11.101)</u>	<u>(6.055)</u>	<u>(888)</u>	<u>(747)</u>	<u>-</u>	<u>(18.791)</u>
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2009	7.230	4.893	-	186	100	12.409
Saldo em 31/12/2010	<u>6.943</u>	<u>5.000</u>	<u>1.409</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>13.385</u>

	2009					
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2008	12.127	9.599	800	780	100	23.406
Aquisições	4.123	827	-	-	-	4.950
Baixa	(1)	-	-	-	-	(1)
Varição cambial	(83)	(298)	-	-	-	(381)
Saldo em 31/12/2009	<u>16.166</u>	<u>10.128</u>	<u>800</u>	<u>780</u>	<u>100</u>	<u>27.974</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2008	(7.313)	(4.480)	(665)	(438)	-	(12.896)
Amortização	(1.702)	(755)	(135)	(156)	-	(2.748)
Varição cambial	79	-	-	-	-	79
Saldo em 31/12/2009	<u>(8.936)</u>	<u>(5.235)</u>	<u>(800)</u>	<u>(594)</u>	<u>-</u>	<u>(15.565)</u>
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2008	4.814	5.119	135	342	100	10.510
Saldo em 31/12/2009	<u>7.230</u>	<u>4.893</u>	<u>-</u>	<u>186</u>	<u>100</u>	<u>12.409</u>

A Companhia amortiza o ativo intangível pelo custo de aquisição, usando as taxas de amortização demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de amortização
Marcas e patentes	10%
Software	20%
Fundos de comércio	20%
Tecnologia	20%

As despesas de amortização são registradas às rubricas de Custos dos Produtos Vendidos, Despesas Comerciais e Despesas Administrativas, na demonstração de resultado, representando, em 31 de dezembro de 2010, os montantes líquidos de crédito de PIS/COFINS de R\$1.099, R\$1.008 e R\$1.036, respectivamente. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2010 e 2009, ativos intangíveis gerados internamente.

12. Financiamentos com instituições financeiras

	indexador	Taxa de juros (a.a.)	2010	2009
Ativo fixo				
Banco do Nordeste S.A	Pré-fixado	10,00%	7.481	64.494
Banco Itaú BBA S/A	Pré-fixado	4,50%	3.755	-
Capital de giro				
Banco Bradesco S/A	TJLP	2,25%	-	16.090
Banco Itaú BBA S/A	Pré-fixado	4,50%	75.226	-
Banco Votorantim S/A	Pré-fixado	7,00%	73.019	-
Banco Itaú S/A	Pós-Fixada	11,90% e 16,75%	630	438
Banco Patagônia S/A	Pré-fixada	13,75%	6.526	-
Banco Supervielle S/A	Pré-fixada	13,75%	477	-
			<u>167.114</u>	<u>81.022</u>
(-) Total do passivo circulante			<u>(163.467)</u>	<u>(73.550)</u>
Total do passivo não circulante			<u>3.647</u>	<u>7.472</u>

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por fiança e aval dos diretores da Companhia.

A abertura das parcelas de longo prazo está demonstrada no quadro abaixo:

Vencimento	R\$
2012	469
2013	469
2014	469
2015	468
2016	468
2017	468
2018	468
2019	368
	<u>3.647</u>

13. Financiamentos - Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e em parte pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar com juros de TJLP. No vencimento do financiamento a empresa paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado. No quadro abaixo apresentamos os prazos de vencimento deste benefício:

Prazos de vencimento

Sobral – CE		
PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Set/2011	
Crato – CE		
PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Jan/2014	

No âmbito do programa Provin, os financiamentos são concedidos com base no ICMS devido, sendo os prazos do benefício e o percentual de redução, conforme abaixo indicados:

	Incentivo Provin – ICMS Diferido			
	%	Prazos de vencimento	%	Prazos de vencimento
Sobral – CE				
PROVIN - ICMS	81%	Até Fev/2019	75%	Mar/2019 até Abr/2025
Crato – CE				
PROVIN - ICMS	81%	Até Set/2012	75%	Out/2022 até Abr/2025
Fortaleza – CE				
PROVIN - ICMS	81%	Até Abr/2025		

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi registrado no resultado da Companhia um valor de R\$141.603 (R\$129.447 em 2009), relativo às parcelas incentivadas desses financiamentos, no grupo de receita líquida de vendas.

Em 31 de dezembro de 2010 estão registrados no passivo não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor R\$11.119 (R\$49.544 estão registrados no passivo circulante e não circulante, em 2009). Através de acordo com o Governo do Ceará, a Companhia compensou as parcelas vincendas no ano de 2011 com créditos provenientes desses financiamentos.

14. Provisão para litígios

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista. A perda estimada foi provisionada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

A movimentação da provisão para litígios está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	2.603	1.236
Adições	700	1.407
Recuperações / realizações	(200)	(27)
Varição cambial	-	(13)
Saldo no final do exercício	<u>3.103</u>	<u>2.603</u>
(-) Total do passivo circulante	<u>(1.103)</u>	<u>(1.303)</u>
Total do passivo não circulante	<u>2.000</u>	<u>1.300</u>

Não há ações de risco possível e de valores relevantes que requeiram divulgação.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Ata da 35ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2010 aprovou o aumento de capital social por meio da emissão peculiar de 720.000 (setecentos e vinte mil) novas ações ordinárias, sem valor nominal, no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, passando o capital social ser composto por 300.720.000 (trezentos milhões, setecentos e vinte mil) ações ordinárias. Em razão do exercício de tais opções pelos executivos elegíveis da Companhia, o capital social aumentou em R\$4.542.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 300.720.000, ações ordinárias, no valor de R\$4,09 cada (300.000.000 de ações ordinárias, no valor de R\$4,09 em 2009). As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais.

Movimentação da quantidade de ações

Companhia evidenciou a seguinte movimentação na quantidade de ações:

	Data	Ações emitidas	Ações em tesouraria	Ações totais com os acionistas
Saldo no início do ano	01/01/2009	100.000.000	-	100.000.000
Desdobramento de ações	21/09/2009	200.000.000	-	200.000.000
Saldo no final do ano	31/12/2009	300.000.000	-	300.000.000
Emissão de novas ações	22/03/2010	720.000	-	720.000
Saldo final	30/09/2010	300.720.000	-	300.720.000

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustes por variação de preços no mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

c) Reserva de capital

Corresponde ao valor dos planos de opções de ações outorgados pela Companhia a seus administradores, cuja contrapartida é o resultado do exercício.